



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

# Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 06 • 19 a 25/03/2006 • ISSN 1809-6182

## Análises

### **24/03/2006 – Nova Parceria entre China e Rússia .....p.01**

Nos dias 21 e 22 de março de 2006, o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, assinou em Beijing diversos acordos de cooperação energética com o Presidente Hu Jintao, da China. Concluindo meses de negociações entre os países, os acordos contemplam a construção de um gasoduto da Sibéria até a costa chinesa. Esta nova etapa na cooperação energética sino-russa pode indicar novos arranjos nas zonas de influência política na Ásia, enfraquecendo tanto a presença européia quanto estadunidense na região.

## Resenhas

### **21/03/2006 – Imigrantes africanos ilegais partem da Mauritânia em direção às Ilhas Canárias .....p.05**

Mais de mil imigrantes africanos que partiam da Mauritânia foram encontrados mortos, nos últimos quatro meses, quando tentavam realizar a travessia ilegal com destino às Ilhas Canárias. Os recentes incidentes têm feito com que os governos do país africano e do arquipélago espanhol busquem estreitar suas relações, estabelecendo medidas conjuntas de combate à crise.

### **23/03/2006 – Japão e China retomam diálogo acerca de reservas energéticas ..... p.08**

As delegações do Japão e da China se reuniram em Beijing para mais uma rodada de negociações acerca da disputa por reservas energéticas no Mar do Leste da China. Apesar de nova proposta ter sido apresentada, a reunião não logrou êxito algum.

### **24/03/2006 – Nova lei trabalhista causa onda de protestos na França ..... p.10**

A aprovação de nova lei trabalhista, que facilita a demissão dos empregados com menos de 26 anos, gera onda de protestos por toda a França e enfraquece politicamente o Primeiro Ministro Dominique de Villepin.

---

# Nova Parceria entre China e Rússia

---

Análise  
Segurança / Economia e Comércio / Integração Regional

Carolina Dantas Nogueira  
24 de março de 2006

---

Nos dias 21 e 22 de março de 2006, o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, assinou em Beijing diversos acordos de cooperação energética com o Presidente Hu Jintao, da China. Concluindo meses de negociações entre os países, os acordos contemplam a construção de um gasoduto da Sibéria até a costa chinesa. Esta nova etapa na cooperação energética sino-russa pode indicar novos arranjos nas zonas de influência política na Ásia, enfraquecendo tanto a presença europeia quanto estadunidense na região.

---

Nos dias 21 e 22 de março de 2006, ocorreu em Beijing um Fórum de Negócios entre Rússia e China, encerrando uma longa etapa de negociações acerca das questões energéticas preocupantes para ambos os países. Rússia e China planejam mais que dobrar suas relações bilaterais até 2010 e este encontro serviu para impulsionar esse processo.

Dentre os diversos acordos assinados nas áreas de comércio, energia e cooperação técnica, os mais importantes versam sobre cooperação energética. O grande acordo assinado no encontro, nesta área, foi o da parceria entre a gigante russa Gazprom e a *China National Petroleum Corporation* (CNPC sigla em inglês). A Gazprom é a maior produtora de gás natural da Rússia e a CNPC é a maior petrolífera chinesa. Um acordo entre ambas vinha sendo negociado há meses para se definir parcerias comerciais e técnicas entre as duas empresas.

Outros importantes documentos assinados no encontro foram: um acordo entre a CPNC e a empresa de petróleo russa Rosneft para a formação de uma *joint venture* [ver [Glossário](#)] para cooperação petrolífera futura; um

memorando de entendimento entre a Gazprom e a CNPC para o suprimento de gás à China; e um documento que garante negociações entre a CNPC e a Transneft – uma transportadora de oleodutos da Rússia. Todos os acordos assinados perfazem um total de 29 documentos.

A Rússia havia colocado a segurança energética como tema prioritário na última reunião do Grupo dos Oito (G-8) em novembro de 2005, alegando que diversificar a exportação energética seria sua prioridade, dando destaque aos clientes asiáticos [ver [Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do ano](#)]. De acordo com a Agência de Notícias Russa (Ria NOVOSTI), o país vê a China como parceiro confiável neste setor e grande consumidor no longo prazo.

Todavia, se a preocupação russa é com a ampliação de seu mercado energético, a preocupação chinesa, a princípio, é justamente com o suprimento de sua demanda interna de energia.

Devido à rápida expansão da economia chinesa, ocorreu um aumento da demanda energética primária. A projeção da demanda por petróleo para 2025 alcança cerca de 14,2 milhões de barris por

dia, sendo que deste montante, 10,9 milhões seriam importados. Assim, as estatais petrolíferas chinesas foram reorganizadas em duas firmas verticalmente integradas – a CNPC e a *China Petrochemical Corporation* (Sinopec) –, além da *China Nacional Offshore Oil Corporation* (CNOOC) já existente. Dessa forma, as três empresas investem na exploração, produção e distribuição de petróleo, tendo inclusive concessões em diversos países como Azerbaijão, Canadá, Irã, Iraque, Sudão e outros. Todavia, este rearranjo no setor petrolífero não é suficiente e o gás natural aparece como opção energética importante. [ver [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)]

Embora não sendo historicamente um combustível tão importante quanto o petróleo, as reservas domésticas chinesas do gás natural bem como os benefícios ambientais do mesmo foram suficientes para que se tivesse início uma expansão da infra-estrutura de extração local. Com uma reserva de 53 bilhões de metros cúbicos, atualmente a China é capaz de suprir sua demanda interna, mas não o será no longo prazo. A demanda de gás na China, hoje, é de 20 bilhões de metros cúbicos. Calcula-se para 2010 uma demanda de 75 a 100 bilhões e para 2020, entre 100 a 200 bilhões de metros cúbicos. [ver [China, energia e meio-ambiente: efeitos colaterais do crescimento econômico](#)]

Para diversificar o abastecimento energético, os acordos firmados possibilitam à China a construção de oleodutos e gasodutos que ligam à Rússia. De acordo com o plano da Gazprom, um gasoduto orçado em US\$ 10 bilhões ligará o leste da Rússia ao oeste da China, sendo as primeiras entregas de gás – calculadas em 80 bilhões de metros cúbicos –, já estão programadas para 2011.

Para a China, obter fontes alternativas de energia como o gás natural russo pode diminuir sua vulnerabilidade internacional para negociações na área energética e, com isso, eventuais pressões estadunidenses como embargos ou bloqueios de fornecimento de petróleo do Oriente Médio – atualmente o maior parceiro chinês no setor petrolífero.

Contudo, o gás natural não é uma opção nova para o mercado chinês. Sua importância como opção viável ao petróleo em termos de suprimento energético chega a ser, inclusive, ponto de disputa com o Japão.

Este impasse entre os dois países asiáticos versa sobre qual seria a demarcação correta da fronteira marítima que os separa. Apesar do impasse diplomático, o Japão ativou a extração de petróleo na parte norte da fronteira marítima, desencadeando reclamações oficiais por parte dos chineses. Por sua vez, a China começou a extração de gás natural na parte sul da fronteira e o Japão alega que parte do gás está sendo retirada de seu território [ver [Disputa entre China e Japão](#)]. Delegações de ambos chegaram a se reunir no início de março para uma rodada de negociações sobre as reservas energéticas do mar do leste, no entanto nada havia sido acordado até o encontro sino-russo [ver [Japão e China retomam diálogo acerca de reservas energéticas](#)]. Contudo, possuir uma outra opção de suprimento energético para sua demanda imediata (como o acordo firmado com a Rússia), auxiliaria a China a negociar com o Japão em novos parâmetros.

Além desse impasse, Japão e China disputam, também, a construção de um oleoduto oriundo da Sibéria para suprir suas respectivas demandas petrolíferas. Até esta reunião, a Rússia não havia se manifestado a favor de nenhum dos dois países, mas após o anúncio do acordo da Gazprom com a CNPC, o Presidente Vladimir Putin afirmou ter interesse na construção do oleoduto com a China,

ampliando ainda mais a parceria sino-russa.

O governo japonês, que havia informado que arcaria com os custos das obras do oleoduto caso o acordo se confirmasse, se declarou surpreso com o anúncio do Presidente Putin.

Com relação a esta questão, analistas russos alegaram no jornal *The Moscow Times* que, devido ao limitado volume das reservas de petróleo da Rússia, o país não poderia construir dois oleodutos – um para o Japão e outro para a China –, e, portanto, a construção do gasoduto entre Rússia e China facilitaria a construção paralela de um oleoduto. Assim sendo, os interesses sino-russos em jogo é que parecem falar mais alto.

A este respeito, Rússia e China possuem diversos acordos de cooperação militar, energética e política. Na Ásia Central, integram a *Shanghai Cooperation Organization* (SCO), que é um corpo de segurança regional em conjunto com o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão e o Uzbequistão. Mantém a mesma postura concernente às decisões tanto no caso coreano quanto no caso iraniano, além de possuírem acordos fronteiriços para treinamento militar. [Para maiores informações ver [Uzbequistão: decisão política sinaliza mudanças na região da Ásia Central](#); [A Crise Nuclear Norte-coreana](#); [Questão nuclear iraniana é remetida ao Conselho de Segurança](#)]

Assim, uma importante parceria que aprofunde as relações bilaterais sino-russa, como o é a parceria energética, parece ser o almejado entre ambos. Fortalecendo o setor energético, ambos lucram uma vez que a demanda interna chinesa possui uma projeção de crescimento muito grande e a Rússia se preocupa em diversificar seu mercado nesse setor para diminuir sua dependência para com o mercado energético europeu.

Maior produtor de gás natural do mundo hoje, a Rússia tem como maior consumidor a Europa, e o suprimento de gás destinado a este mercado é proveniente da Sibéria. A construção de um gasoduto específico para a China preocupa a Agência Internacional de Energia (IEA sigla em inglês) que alega a incapacidade russa suprir ambas as demandas. Em resposta, a Gazprom alega possuir capacidade para tal e que este passo faz parte da prioridade russa em diversificar seu mercado energético. A empresa afirmou, ainda, a manutenção de sua parcela de inserção no mercado europeu, que é hoje de 25%.

Dessa forma, a Rússia não estaria modificando seu mercado consumidor, mas sim, ampliando-o. E a China estaria diversificando suas opções para uma demanda energética crescente e preocupante.

## Referência

### Sites:

BBC news

<http://news.bbc.co.uk/>

ISN Security Watch

<http://www.isn.ethz.ch/>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com/>

Financial Times

<http://news.ft.com/>

Ria Novosti

<http://en.ria.ru/russia/>

**Ver também:**

[23/03/2006 - Japão e China retomam diálogo acerca de reservas energéticas](#)

[15/03/2006 - Questão nuclear iraniana é remetida ao Conselho de Segurança](#)

[20/10/2005 - China, energia e meio-ambiente: efeitos colaterais do crescimento econômico](#)

[28/09/2005 - Uzbequistão: decisão política sinaliza mudanças na região da Ásia Central](#)

[22/09/2005 - Aumenta a desigualdade mundial, apesar do crescimento econômico](#)

[20/09/2005 - A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)

[22/08/2005 - Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do ano](#)

[19/08/2005 - A Crise Nuclear Norte-Coreana](#)

[16/06/2005 - A questão nuclear no Irã](#)

[06/05/2005 - Disputa entre China e Japão](#)

[18/02/2005 - Rússia e a redefinição do Leste europeu](#)

[23/09/2004 - Redefinição de esferas de influência no Cáucaso: as questões tchetchena e georgiana](#)

---

# Imigrantes africanos ilegais partem da Mauritânia em direção às Ilhas Canárias

---

Resenha  
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira  
21 de março de 2006

---

Mais de mil imigrantes africanos que partiam da Mauritânia foram encontrados mortos, nos últimos quatro meses, quando tentavam realizar a travessia ilegal com destino às Ilhas Canárias. Os recentes incidentes têm feito com que os governos do país africano e do arquipélago espanhol busquem estreitar suas relações, estabelecendo medidas conjuntas de combate à crise.

---

No dia 15 de março de 2006, após promover buscas na região marítima próxima às Ilhas Canárias, o navio-hospital espanhol, Esperança do Mar, encontrou os corpos de 24 africanos que tentavam, ilegalmente, realizar a travessia em direção ao arquipélago. Além desses, a Espanha também interceptou, em um só dia, 400 imigrantes africanos que tentavam alcançar as ilhas a bordo de embarcações precárias, partidas da Mauritânia, com vistas a encontrarem melhores condições de vida ou mesmo como fuga das muitas guerras civis que ocorrem no continente.

Apenas no ano de 2006, compreendidos os meses de janeiro a março, mais de 3000 imigrantes de origem africana alcançaram as Ilhas Canárias em comparação aos mais de 4500 que assim o fizeram em todo o ano de 2005. Desses, mais de 1000, entre novembro de 2005 e março de 2006, foram encontrados mortos antes mesmo de realizarem a travessia<sup>1</sup>.

O maior controle por parte da guarda

costeira nas regiões do Estreito de Gibraltar, norte do Marrocos e norte das Ilhas Canárias tem forçado as gangues de tráfico humano a buscarem novas rotas para a partida de imigrantes africanos com destino à Europa. O reforço da segurança nessas regiões, motivada pela pressão exercida pela União Européia (UE), fez com que o porto de Nouadhibou, localizado nas praias da Mauritânia, se tornasse, recentemente, a principal rota de fuga dos africanos.

Além disso, a entrada na Mauritânia de cidadãos de outros países africanos ocorre livremente, tornando obrigatória apenas a apresentação do documento de identidade o que, segundo representantes espanhóis, tem facilitado a passagem ilegal de imigrantes pelo país.

Diante dos atuais acontecimentos, o Primeiro-Ministro da Mauritânia, Sidi Mohamed Ould Boubacar, apelou por auxílio internacional, alegando que apesar do país estar trabalhando no desmantelamento das redes de tráfico humano que oferecem condição de travessia e informação aos imigrantes, não é possível que o governo realize tudo sozinho. Segundo Boubacar, é impraticável que a Mauritânia controle

---

<sup>1</sup> Sabe-se que as mortes são causadas, na maioria das vezes, por afogamento, ensolação e falta de alimentação e água durante a travessia.

---

suas extensas fronteiras e suas regiões costeiras sem a ajuda dos demais países<sup>2</sup>. O apelo, também feito pelo Presidente das Ilhas Canárias, Adan Martin, foi direcionado principalmente à UE, região de destino da maioria dos imigrantes africanos. Para Martin, o mundo tem testemunhado uma enorme tragédia e a demanda por medidas políticas europeias torna-se imediata.

Franco Frattini, oficial dos assuntos de interior e representante de Justiça da UE, disse, no dia 16 de março de 2006, que a mesma se encontra pronta para prover ajuda de emergência ao país africano e auxílio policial para a segurança de suas fronteiras. A decisão de Frattini ocorreu um dia após a viagem dos Secretários da Espanha das Relações Exteriores, Bernardino León, e do Interior, Antônio Camacho, a Nuackchott, capital da Mauritânia. Tal viagem se destinou ao lançamento do plano que contempla o oferecimento à Mauritânia de patrulhas para vigilância de seu litoral, além da abertura de centros de abrigo para os imigrantes.

No dia 19 de março, a Vice-Presidente da Espanha, María Teresa Fernández, anunciou também a repatriação imediata à Mauritânia dos imigrantes chegados às Ilhas Canárias nos últimos dias, número estimado em 170 pessoas e que inclui africanos não só provenientes desse país, como também de Mali, Senegal e Gâmbia.

A representante do governo espanhol tomou tal decisão após viagem ao arquipélago e posterior reunião com o Presidente Adan Martin, anunciando também a confirmação do plano de cooperação com a Mauritânia que contará com o envio de 4 patrulhas, 14 veículos e 2 ônibus da Guarda Civil, assim como equipe especializada que realizará vigilâncias conjuntas de controle das

fronteiras. María Tereza também anunciou que o assunto sobre a imigração africana será, a pedido da Espanha, a pauta central da próxima reunião do Conselho de Ministros de Assuntos Exteriores da UE, que se realizará nos dias 23 e 24 de março de 2006 em Bruxelas.

Diante das novas medidas aprovadas pelas autoridades espanholas, a Mauritânia admite que aceitará somente a devolução pela Espanha de imigrantes provenientes de Senegal e Mali, países com os quais faz fronteira.

Enquanto isso, representantes de Organizações não - governamentais (ONGs) e de instituições de promoção do desenvolvimento de Cabo Verde, Marrocos, Mauritânia e Senegal têm acusado Espanha e UE de ineficácia, descontrole e hipocrisia no tratamento das questões migratórias em relação à África. Para Ismael Ould Cheikh, Diretor da Associação da Mauritânia para a Promoção Familiar, "ocupar-se somente de melhorar a segurança para deter os fluxos migratórios não é a forma de solucionar o problema." Para ele, são necessárias ações de natureza distinta que permitam melhorar a situação e as expectativas de futuro da população africana e não apenas medidas pontuais.

---

<sup>2</sup> As fronteiras da Mauritânia com os demais países africanos somam 5074 km de extensão e sua região costeira, 754 km.

---

# Referência

---

## Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk>

El Mundo

<http://www.elmundo.es>

El Pais

<http://www.elpais.es>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Reuters

<http://www.reuters.com>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Turkish Press

<http://www.turkishpress.com>

World Fact Book

<http://www.worldfactbook.com>

## Ver também:

06/10/2005 - [Espanha enfrenta problemas com imigrantes ilegais](#)

---

# Japão e China retomam diálogo acerca de reservas energéticas

---

Resenha  
Segurança / Economia e Comércio / Desenvolvimento

Sílvia Helena Guilherme Canêdo  
23 de março de 2006

---

**As delegações do Japão e da China se reuniram em Beijing para mais uma rodada de negociações acerca da disputa por reservas energéticas no Mar do Leste da China. Apesar de nova proposta ter sido apresentada, a reunião não logrou êxito algum.**

---

Representantes dos governos de Japão e China se reuniram em Beijing, nos dias 06 e 07 de março de 2006, para a quarta rodada de negociações acerca da disputa pelas reservas de petróleo e gás natural no Mar do Leste da China. [ver [Disputa entre China e Japão](#)]

As negociações visavam à resolução da controvérsia, porém nenhum consenso foi estabelecido. Os dois países apenas concordaram em retomar as conversações em abril, para uma quinta rodada de negociação.

A disputa territorial envolve a fronteira *off-shore* [ver [Glossário](#)] do Japão, a qual a China não reconhece. O governo chinês alega que seu território vai mais à leste na extremidade do recife continental.

Acredita-se que na área existam grandes reservas de gás natural, o que leva ambos os países a disputarem os direitos de extração.

A delegação chinesa propôs, durante essa rodada de negociações, o desenvolvimento conjunto de duas áreas de extração, uma ao norte e outra ao sul do Mar do Leste da China, onde ambos países poderiam extrair gás natural. Contudo, a proposta foi rejeitada pela delegação japonesa, que alegou que “isto

poderia aumentar a influência chinesa sobre as ilhas em disputa”, disse o chefe da delegação japonesa Shinzo Abe.<sup>1</sup>

O próprio Japão já havia feito uma proposta de exploração conjunta, durante a terceira rodada de negociações ocorrida em janeiro de 2006, proposta essa que foi rejeitada pela China.

Desde então a conflito se agravou. Segundo o Ministro do Exterior japonês, Nobutaka Machimura, a China estaria extraíndo gás no mar entre o leste da China e a ilha de Okinawa, ao sul do Japão, mesmo apesar das disputas. O governo chinês alega, contudo, que está no seu direito de continuar a atividade de exploração.

O governo japonês, por sua vez, decidiu dar direitos de exploração da área a uma empresa privada japonesa, a Teikoku Oil Co, levando o governo chinês a protestar formalmente e a enviar navios de guerra para a região.

Sob a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito dos Oceanos, do qual tanto o Japão quanto a China são signatários,

---

<sup>1</sup> A proposta chinesa é de que uma das duas áreas de exploração seja montada perto de um grupo de ilhas inabitadas, reivindicadas por China, Japão e Taiwan.

---

países costeiros poderiam reivindicar uma zona econômica estendendo 230 milhas marítimas<sup>2</sup> de seus litorais. A área em disputa se encaixa nas reivindicações de ambos os países, e as Nações Unidas tem até maio de 2009 para arbitrar a questão.

## Referência

---

### Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

China Daily

<http://www.chinadaily.com.cn/>

The Japan Times

<http://www.japantimes.co.jp/>

### Ver também:

18/11/2005 - [Nova postura militar do Japão](#)

20/09/2005 - [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)

06/05/2005 - [Disputa entre China e Japão](#)

---

<sup>2</sup> 1 milha marítima equivale a 1.852.00 metros

---

# Nova lei trabalhista causa onda de protestos na França

---

Resenha  
Segurança / Desenvolvimento

*Tiago Cerqueira Lazier*  
24 de março de 2006

---

**A aprovação de nova lei trabalhista, que facilita a demissão dos empregados com menos de 26 anos, gera onda de protestos por toda a França e enfraquece politicamente o Primeiro Ministro Dominique de Villepin.**

---

**A**o dia 09 de fevereiro de 2006, foi aprovado no parlamento francês o “Contrato do Primeiro Emprego” (CPE), que deverá entrar em vigor em abril. Com objetivo de reduzir o desemprego entre os jovens, o CPE permite que contratos de dois anos assinados com pessoas com idade inferior a 26 anos, possam ser rompidos sem qualquer justificativa.

O desemprego na França é um dos maiores da Europa chegando a atingir 10% de sua população economicamente ativa. Entre os jovens, esta porcentagem alcança a casa das duas dezenas, podendo chegar a 40% nas áreas mais pobres do país. O desemprego e a exclusão social são freqüentemente apontados como causas da onda de protestos que atingiu a França em 2005, iniciada devido à morte de dois muçulmanos perseguidos pela polícia [ver [Protestos em Paris](#)].

Menos de três meses após o fim dos protestos generalizados dos subúrbios franceses, a resposta dada pelo governo para atacar o que era tido como a raiz do problema, fomentou uma nova onda de protestos liderados pelos estudantes e sindicatos, que já dura semanas. A nova legislação apenas se aplica a firmas pequenas, mas teme-se que as empresas

maiores sigam este modelo e que isto dificulte ainda mais o acesso do jovem ao emprego. Soma-se a este argumento a possibilidade de discriminação, já que os colegas de trabalho mais velhos teriam mais segurança no emprego do que o jovem menor de 26 anos.

Líderes de sindicatos e de organizações estudantis concordaram em se encontrar com o Primeiro Ministro francês, Dominique de Villepin, no dia 25 de março, para discutir a questão, muito embora, eles não se digam dispostos a negociar, exigindo a completa remoção do CPE. Uma greve geral envolvendo tanto o setor público como o privado está sendo programado para o dia 28 do mesmo mês, com o intuito de pressionar o governo.

Villepin vem afirmando que está aberto ao diálogo, podendo realizar modificações na nova legislação, mas que não está disposto a não implementá-la. A principal concessão que o primeiro ministro estaria disposto a fazer seria a redução do período de vacância do CPE para menos de dois anos. A medida conta com apoio do Presidente francês, Jacques Chirac, que, todavia, vem pressionando Villepin para negociação mais ampla da nova lei.

A agência de notícias *BBC* afirmou que o primeiro ministro tem se encontrado cada

---

vez mais isolado na tentativa de implementar o CPE.

A popularidade de Villepin está ameaçada pela repulsa da população à nova legislação – pesquisas de opinião revelam que 70% da população é contra o CPE - e pela onda de protestos que se espalhou pela França, muitos deles acabando em violência.

Um militante da esquerda, em confronto com a polícia durante protestos, terminou em coma, gerando forte críticas dessa ala política com relação à atuação do governo.

A medida liberal para o combate ao desemprego baseia-se no fato de que a desregulamentação ao facilitar a demissão, incentivaria setores em crescimento, a contratar mão-de-obra, que teria por fim último, manter a competitividade da França no mundo globalizado. A urgência dada por Villepin em aprovar a medida, levou a não consultar partidos de esquerda e sindicatos, o que contribuiu para o aumento das críticas.

A crise tem colocado em pauta a sucessão presidencial francesa, já que o primeiro ministro é um dos candidatos, bem como o Ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, que em declarações tem tentado se afastar de Villepin.

### **Protestos**

Os protestos se iniciaram antes mesmo da aprovação da CPE pelo parlamento. No dia 7 de março de 2006, mais de cem mil pessoas pararam aeroportos e serviços públicos. Houve grande participação de professores.

Dias depois, estudantes que se instalaram na Universidade de *Sorbonne* para protestar contra a aprovação da nova lei no parlamento foram retirados pela polícia, que utilizou gás lacrimogêneo e bastões. Duas pessoas foram feridas.

Passeatas e greves se espalharam pela França e atingiram dois terços das universidades do país. Alguns casos de

violência e confrontos com a polícia foram registrados, centenas de pessoas foram presas, muito embora a maioria das manifestações tenha sido pacífica. No dia 16 de março de 2006, uma marcha em Paris reuniu cento e vinte mil pessoas, no dia 22 do mesmo mês este número passou dos duzentos mil. Os estudantes se dizem prontos a lutar até que sua demanda seja acatada.

---

## **Referência**

### **Sites:**

Aljazeera

<http://english.aljazeera.net>

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

The Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Yahoo News

<http://www.yahoo.com>

### **Ver também:**

20/11/2005 - [Governo francês toma novas medidas frente aos protestos](#)

11/11/2005 - [Protestos em Paris](#)

---

# Conjuntura Internacional

**Pontifícia Universidade Católica - MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

## **Conjuntura Internacional**

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Dantas Nogueira; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

